

ADOCER-SOFRER NO CONTEXTO NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DA RESPONSABILIZAÇÃO INDIVIDUAL DO SOFRIMENTO PSÍQUICO¹

Taynara Maria Batista²

Conrado Pável de Oliveira³

Camila Borges Machado⁴

RESUMO:

O presente artigo tem por finalidade discutir a relação intrínseca entre o neoliberalismo, a produção do adoecer-sofrer e a responsabilização individual do sofrimento psíquico como parte da engrenagem do capital que, ao individualizar o caráter plural do adoecimento, multifacetado, em um Estado de política liberal que assume persona coadjuvante na garantia de direitos básicos e igualdade, acaba por fomentar os processos de exclusão, e logo, sofrimento ético-político. Partindo de um ensaio crítico reflexivo sobre a temática, objetiva-se questionar as relações adoecedoras nutridas pelo neoliberalismo, o impacto das mesmas na produção subjetiva do sujeito e a importância do fortalecimento através da comunalidade e de organizações coletivas como forma de resistência de um ser não passivo. Ao viabilizar o diálogo entre múltiplos autores (as), com elo comum no que tange as discussões sobre o neoliberalismo, patologias do social e seu impacto na formação humana, é abrangida uma série de questionamentos e viabiliza-se outros, não esgotando a discussão em suas bases. Reconhece-se o movimento dialético do ser produtor/produto, seu curso emancipatório frente o desejo de um novo modelo societário e o sofrimento como instrumento potencialmente utilizado no reconhecimento de si, do outro e como frente aos movimentos e organizações sociais na elaboração de utopias para um futuro rompante com a realidade experienciada e construído sobre bases que não a do sofrimento/assujeitamento do humano.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Adoecimento. Sofrimento. Movimentos Sociais.

SICK-SUFFER IN THE NEOLIBERAL CONTEXT: REFLECTIONS ABOUT INDIVIDUAL RESPONSIBILITY FOR PSYCHIC SUFFERING

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa Psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas. Recebido em 20/05/2022 e aprovado, após reformulações, em 20/06/2022

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UniAcademia). E-mail: taynara.mb@outlook.com

³ Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e docente do Centro Universitário Academia (UniAcademia). E-mail: conradopavel@uniacademia.edu.br

⁴ Doutoranda em Processos Psicossociais em Saúde pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: camilabm.01@gmail.com

ABSTRACT:

The purpose of this article is to discuss the intrinsic relationship between neoliberalism, the production of illness-suffering and the individual responsibility for psychic suffering as part of the gear of capital that, by individualizing the plural character of illness, multifaceted, in a State of liberal politics that assumes a supporting persona in the warranty of basic rights and equality, ends up promoting the processes of exclusion, and therefore, ethical-political suffering. Starting from a critical reflective essay on the subject, the objective is to question the sickening relationships nurtured by neoliberalism, their impact on the subjective production of the subject and the importance of strengthening through communality and collective organizations as a form of resistance of a non-human being passive. By enabling dialogue between multiple authors, with a common link regarding discussions on neoliberalism, social pathologies and their impact on human formation, a series of questions is covered and others are possible, not exhausting the discussion at its bases. The dialectical movement of being a producer/product is recognized, its emancipatory course in the face of the desire for a new social model and suffering as an instrument potentially used in the recognition of yourself, the other and as a front to social movements and organizations in the elaboration of utopias for a future that breaks with the reality experienced and built on bases other than human suffering/subjectation.

Keywords: Neoliberalism. Illness. Suffering. Social Movements.

1 INTRODUÇÃO

“Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram!”
(Karl Marx)

O presente artigo tem por intuito elucidar questões acerca da relação entre neoliberalismo, adoecimento e sofrimento psíquico, problematizando o modelo neoliberal que reforça uma certa responsabilização individual diante do processo de adoecimento e sofrimento. Este trabalho parte do incômodo frente a naturalização e a produção dos processos de adoecimento, marcado pela lógica neoliberal, do questionamento frente a relação entre o processo de adoecimento com a negação de direitos básicos e fundamentais, bem como do desejo e o horizonte de possibilidades de um novo modelo de organização societária. Dessa forma, questiona-se o quão fomentador as políticas neoliberais podem ser para a gestão do sofrimento, como as

mesmas se nutrem desse modelo de padecimento e a relação entre a economia e as novas modalidade de adoecer-sofrer.

Apresenta-se como um ensaio crítico-reflexivo não exaustivo sobre a temática, que através de constructos de diversos autores (as) que flertam em suas bases, problematiza o caráter do sofrimento na gestão neoliberal e suas nuances. No mais, expõe a relação dialética entre sujeito-sociedade, que produz e é produzido, elucidando, ainda, o papel dos movimentos sociais, enquanto organização dos comuns, como resistência do sujeito produzido, mas não cativo ao capital e suas nuances. Através da apresentação de dados, da face ao sujeito envolto aos ditames neoliberais, nomeia-se os adoecimentos que permeiam esse modelo socioeconômico e suas singularidades.

Ao considerar o sofrimento ético-político e a exclusão enquanto categoria que o compõe, busca-se refletir sobre as implicações de uma gestão excludente na constante produção do sofrimento, do caráter simbólico da exaustão como resposta frente ao modelo individualizante e do potencial organizativo dos sujeitos através dos movimentos sociais. Como ensaio crítico-reflexivo, não se esgota a discussão da temática, mas espera-se abrir novas possibilidades de questionamentos, gerando incômodos potencializadores de reflexões profundas sobre o papel que se ocupa no contexto societário, alertando para a urgência de se romper com o modelo de produção adoecedor e fortalecer relações pautadas em laços de solidariedade e camaradagem.

2 NEOLIBERALISMO: BREVE HISTÓRICO DO ADVENTO DAS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE ECONÔMICA NO BRASIL

Data do início dos anos 90 uma ofensiva mais deliberativa do capital no Brasil, performada em nuances Neoliberais. Após a eleição de Fernando Collor de Melo essa agenda não se consolidou como primeira via, uma vez que questões como a alta dívida externa e a inflação impunham-se com maior urgência. Foi a partir de 1995 que Fernando Henrique Cardoso, através do Plano Real, reengendrou a então agenda de maneira a torná-la programa de governo. Nesse momento, o Brasil então vivencia uma ofensiva no que diz de privatizações, fortalecimento e ampliação do comércio para capital estrangeiro e rigidez nas medidas monetárias (PAULANI, 2016).

A ascensão e vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002 trouxe novos ares para o então programa em vigor, uma vez que o caminhar astuto Neoliberal deu lugar a uma passada cautelosa, mas ainda vigente, de tais constructos atrelados às políticas de desenvolvimento social. Boito Jr. (2016) evidencia que o Brasil passa a degustar uma nova roupagem do neoliberalismo que, engatada a medidas de desenvolvimento econômico, contempla a tentativa de conciliação de classe de forma ambígua, através da expansão de programas de transferência de renda, reajuste do salário-mínimo, políticas voltadas para os grupos minoritários (População LGBTQIAP+, Mulheres, Negros, Povos Tradicionais), em um esforço de articular o crescimento pelo Liberalismo a políticas sociais, denominado por Neodesenvolvimentismo.

Posterior à efetivação do modelo Neodesenvolvimentista, multifacetado e em contradição, as implicações liberais que tangenciam tal proposta se mostram insólidas com o rompante da crise de 2008⁵. A crise, enquanto estrutural e intrínseca ao capital, uma vez que diz do próprio desenvolvimento do mesmo, aponta um movimento – pendular e cíclico – que compõe o que se compreende como esqueleto da engrenagem capitalista. Montañó (2012), nos chama atenção para o fato de que mesmo diante de um programa de governo conciliatório entre questões liberais e pautas sociais, o rompente com capitalismo inclui não somente uma maior distribuição fragmentada de riqueza e viabilização de acesso, mas ao enfrentamento da exploração do trabalho pelo capital e a cessação das classes, da propriedade privada e dos aspectos que constituem a ordem capitalista.

Para além de constituir a dialética do capital, a crise em suas nuances multifacetadas culmina em todo um movimento de tensão no programa Neodesenvolvimentista, já em processo de declínio – manifestações de 2013 e processo eleitoral de 2014⁶(BOITO JR.; 2016). Aspectos como a alta inflacionária, aumento significativo do desemprego e a adoção de políticas neoliberais de austeridade⁷, como o ajuste fiscal e as medidas protecionistas, posto em voga pela

⁵ Crise financeira internacional ocasionada pela queda drástica da Bolsa de Valores dos EUA que atingiu principalmente os países emergentes, demandando a elaboração de planos de contingência fiscal.

⁶ Sugere-se para aprofundamento (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016); (GALEGO, 2018).

⁷ Política que busca, por meio de ajuste fiscal, de preferência através de corte de gastos, reparar a economia e viabilizar seu crescimento. O sacrifício, supostamente imposto a sociedade, é recompensado com crescimento. Logo, há uma clara transposição, sem adequadas mediações, das **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 123-145, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483**

presidenta eleita Dilma Vana Rousseff (2015-2016) frente a economia impactada pela crise mundial caminham paralelamente a um notório boicote por parte dos partidos de sua então coligação (SANTOS *et al*, 2017).

Ainda de acordo com Boito Jr. (2016), o golpe toma forma após o conturbado processo eleitoral de 2014 e frente a uma Câmara dos Deputados fragmentada, que dava indícios de uma fortificação da extrema direita e da discursiva neoliberal – não abdicada anteriormente, mas se fortalecendo em fértil terreno. Seguidamente à toda apelação midiática, a intensa interferência do poder Judiciário e depreciação à democracia, Dilma é destituída e diante disso, Michel Temer é empossado como o 37º Presidente da República (CAVALCANTI; VENERIO; 2017).

Antes mesmo da consolidação do Golpe parlamentar, Temer apresenta o plano de governo intitulado “Uma Ponte para o Futuro”, sendo implementado através da Fundação Ulysses Guimarães (GUIMARÃES, 2015). O programa, com objetivos clarificados no que diz respeito a preservação da economia, utiliza-se da situação monetária vigente do país como alavanca para os ideais neoliberais de austeridade. De início imediato, seu mandato é marcado pelo fim de ministérios necessários à política de inclusão e de perspectiva social, como os Ministérios da Mulher, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, da Cultura e também do Desenvolvimento Agrário (SANTOS *et al*, 2017).

Cruz, Gonçalves e Delgado (2020) chamam atenção para o engendro da medida provisória posto em voga por Temer ainda em 2016, que *a posteriori* viria a se tornar a Emenda Constitucional 95/2016 que delibera o congelamento dos gastos com políticas sociais – saúde, educação, moradia, assistência – em 20 anos. Com um início marcado pela retirada de direitos sociais/civis duramente conquistados pela população, Cavalcanti e Venerio (2017) salientam a presença de um discurso focado na questão fiscal, orçamentária, previdenciária e demográfica, pautado no ideal de desenvolvimento de uma economia emergente e estagnada. De acordo com o referido plano de governo, caberia um olhar cauteloso e coercitivo para o que a então aliança concebia como “excessos do Governo Federal”, sendo esses os programas criados

presumidas virtudes do indivíduo para a esfera pública, atribuindo características humanas ao governo, personificando-o. (ROSSI; DWECK, 2018).

e/ou ampliados para transferência de renda e maior viabilização de acesso a serviços públicos (GUIMARÃES, 2015).

O cenário pós-golpe foi propício para um maior enfoque sobre as questões incômodas a certa parcela da classe média/alta brasileira – que de forma ativa apoiou os desdobramentos de 2016. Pastas relacionadas à Reforma da Previdência e à Reforma Trabalhista ganharam os holofotes em uma conjuntura conveniente ao desmonte dos direitos sociais/civis (LÖWY, 2016). Com o congelamento de gastos em setores sociais primordiais, deu-se início também ao subfinanciamento de políticas/programas em vigor, como por exemplo o que diz respeito ao desmonte das políticas públicas de saúde mental, exposto através do incentivo a internação psiquiátrica, o subfinanciamento da rede e a grande ênfase e financiamento de comunidades terapêuticas (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020).

No que tange à população pauperizada, que em tempos estava por vivenciar uma redução de sua vulnerabilidade – a saída do Brasil do Mapa da Fome, por exemplo (FAO, 2014) – há retrocessos significativos em todas as esferas. Dados do relatório intitulado “*Direitos Humanos em tempos de Austeridade*” (OXFAM, 2017), apontam para uma recessiva e sagaz retirada dos direitos da população civil, que expôs a maiores vulnerabilidades, contingentes populacionais que até então experienciavam uma redução dos aspectos de fragilidade socioculturais e começavam a ocupar outros espaços. Em 2017, com a redução do financiamento de programas de segurança alimentar no país em 55%, a estimativa de valores autorizada para Ministérios de combate a subnutrição foi de apenas 37% do direcionado em 2014, perfazendo um corte de aproximadamente 69% de investimentos em três anos (OXFAM, 2017).

Santos *et al* (2017) destacam que o incentivo às políticas neoliberais com a justificativa de resgate a economia nacional, fragilizada no momento em que se consolida o golpe, deu-se de maneira horizontal. De setores primordiais – como saúde, educação, moradia – até aqueles que se constituem como desdobramentos desses, a possibilidade de crescimento atrelado ao desenvolvimento de políticas sociais findou-se de maneira não orgânica e abrupta (SANTOS *et al*, 2017). Os engendros neoliberais ganharam fomento diante de todo um processo, agora mais unânime, de degradação e despersonalização das questões sociais, que reforçam a compreensão individual e respondente do sujeito, cada vez mais despertencido. Uma

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 123-145, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

vez que não se desenvolve no neoliberalismo sem fomentar a desigualdade, através do acúmulo de capital e incentivo à produção, o pauperismo assume papel individual e as ações estatais – ainda mais escassas – assumem caráter frágil, precário e focal (MONTAÑO, 2012).

Com números cada vez mais altos em relação ao desemprego, abertura para o mercado e capital exterior e privatizações em massa de grandes empresas estatais, o Estado passa – posteriormente ao golpe de 2016 – a contrair papel coadjuvante frente às questões de cunho social, usufruindo de mecanismos antidemocráticos para fazer do neoliberalismo, tanto plano de governo quanto instrumento de culpabilização individual das massas pela sua situação cada vez mais precária (PAULANI, 2016). Segundo Corrêa (2019), o neoliberalismo – à brasileira – em suas artimanhas prolifera a discursiva do empreendedorismo, do utilitarismo de toda e qualquer atividade como passível à captação de recursos, exemplificado na figura do/a trabalhador/a desempregado/a, posto/a agora como respondente a sua situação de degradação e retorno aos padrões, sumariamente superados, de miséria e vulnerabilidade.

Na tentativa de atribuir valor monetário às capacidades que dizem da constituição do sujeito em seu contexto sócio-histórico, a gestão neoliberal busca a viabilização da sua hegemonia através da transformação da vida cotidiana, do pensamento e da interpretação humana sobre a realidade (HARVEY, 2014). A lógica do desempenho posta em voga, de acordo com Han (2020), responsabiliza o sujeito por seu sofrimento, ao passo que se alimenta do mesmo em sua contradição multifacetada. O desempenho individual torna-se parâmetro para a inserção social e cultural, que envolta de discursivas sobre rendimento e alto desempenho, associa o caráter libertário – em sua ampla magnitude – à condição serva ao capital. Ainda para o referido autor, cada vez mais isento de suas incumbências, o Estado não somente nega ao sujeito seus direitos, mas o responsabiliza pela ausência dos mesmos (HAN, 2020). Com isso, no próximo tópico, busca-se questionar as possíveis implicações da lógica neoliberal na constituição dos sujeitos, evidenciando, sobretudo, os processos de adoecimento e sofrimento psíquico.

3 COMO, QUEM E POR QUE SE SOFRE NO CAPITAL?

Dizer do capital, em sua nuance neoliberal, e considerar sua estruturação enquanto instrumento fomentador e retroalimentador do sofrimento psíquico, implica considerar a constituição de um sujeito, que de maneira complacente passa a ser respondente a demanda mercadológica. Neves *et al* (2021) nos atentam para o fato de que a “conversão” desse sujeito, não se fez de forma pacífica ou orgânica – uma vez que os mecanismos *neo*, à primeira vista não são convidativos – o que remete a necessidade de implementar um *modus operandi* (NEVES *et al*, 2021), que diz de uma normatização subjetiva nomeada, por Dardot e Laval (2016), como *Dispositivo de Eficácia*. Assim, fez-se preciso

Implementar, por “uma estratégia sem estratégias” os tipos de educação da mente, de controle do corpo, de organização do trabalho, moradia descanso e lazer que seriam a forma institucional do novo ideal de homem, a um só tempo indivíduo calculador e trabalhador produtivo. (DARDOT; LAVAL, 2016).

Amalgamado às oscilações pendulares desse processo, têm-se o sofrimento psíquico em decorrência de uma produção que visa à *gestão de mentes* (DARDOT; LAVAL, 2016). Fatores como o caráter excludente e cumulativo do neoliberalismo consolidam a fenda segregatória que historicamente assola a constituição brasileira através do estímulo a uma visão mais una do sujeito, que se expõe em prol de um lugar ínfimo na lógica competitiva e se responsabiliza por seu desempenho (ANTUNES, 2018). A transposição dos antagonismos sociais, da esfera coletiva para a pessoal, ressaltada por Costa e Mendes (2020), culmina não somente na redução da problemática, retirando seu caráter sociocultural, mas tornando-a resultante das relações de uns para com os outros.

O caráter performático do neoliberalismo atua enquanto força propulsora dos cenários citados acima. Somado aos ditames comportamentais, há uma modulação dos desejos, tendo seu desempenho, cunho e efeitos ontológicos na determinação do sofrimento (DUNKER *et al*, 2021). Conforme Dunker (2015), considera-se os comportamentos postos dentro de uma normalidade social, o reengendo de identidades partindo de sua ação, valores e modos de constituir-se nos quais o sujeito se (re)produz de maneira não homogênea. Dessa forma, a globalização do capital gera também uma globalização das maneiras de sofrer (DUNKER, 2015).

O sujeito em produção no neoliberalismo vê suas potencialidades servas em metamorfose para suprir à ordem mercadológica de capitalização, que flui do *empresário-de-si* à figura meritocrática (CORRÊA, 2019). Naquela em que suas nuances toma o cansaço – físico e psíquico – como via de regra, a sociedade capitalista, em seu modelo neoliberal, não só induz o sujeito a gerir o seu próprio tempo, como também nega a relação entre o desenvolvimento do sujeito das condições materiais e concretas de vida. Assim, como pontua Safatle (2021), demonstrações de fadiga, sobrecarga, estresse, descontentamento e adoecimentos psíquicos – como depressão e ansiedade – tornam-se aspectos que dizem do sujeito em desajuste, e não do ambiente extenuante ao qual o mesmo se produz.

Por sofrimento psíquico, partindo do conceito no qual Sawaia (2001), denomina por *Sufrimento Ético-Político*, compreende-se enquanto fruto da imersão em relações socialmente desiguais, da miséria e do assujeitamento do sujeito frente o arcabouço social. Para além do sofrimento em sua roupagem ontológica, o caráter ético-político desta forma de adoecimento remete ao impacto na gênese formativa do social em suas modulações opressoras. A exclusão, enquanto fonte de sofrimento em múltiplas instâncias, encontra no sujeito personificação, que diz de um ser/estar não unicamente responsável de sua condição sofrida, que para além de si, jaz das intersubjetividades traçadas nos aspectos sociais (SAWAIA, 2001).

Partindo da exclusão enquanto pilar constituinte no processo de segregação, e logo, sofrimento psíquico da classe trabalhadora, cabe considerar aspectos e populações que, estigmatizadas, são postas à margem na qual o sofrer se deságua em sua constituição plural. Dados do relatório intitulado “*Direitos Humanos em tempos de Austeridade*” (OXFAM BRASIL, 2017), expressam a alta concentração de riqueza no país, a maior do mundo: apenas seis homens mais ricos do Brasil possuem a mesma riqueza que os 50% da população mais pobre. Ao todo, 16 milhões de brasileiros vivem na pobreza, tendo a mulher negra camponesa, por exemplo, a renda para sua subsistência inferior a um salário mínimo por mês (OXFAM BRASIL, 2017).

Enquanto patologia do social, o sofrimento assola às populações de forma múltipla e a partir de interseccionalidades, como classe, raça, gênero e etnia. Fleury-Teixeira (2009), destaca que devemos levar em consideração a determinação social da saúde e o contexto em que a mesma se insere, uma vez que as relações sociais e a interação para com o meio possuem relevante determinação na saúde, e logo, no **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 123-145, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483**

psiquismo. A compreensão de que contextos de vulnerabilidade social afetam a saúde dos sujeitos é posta como evidente por Dimenstein *et al* (2017), uma vez que partindo do entendimento da saúde como múltiplos aspectos que atravessam uma realidade palpável e aqueles/as que ali se inserem, não há como desconsiderar a dimensão histórica e social da mesma.

Ao se considerar a exclusão como potencializadora de privações, e logo, de formas distintas de sofrer, Dunker (2015) aponta que dizer daqueles/as que se encontram em escassez de direitos básicos é validar seu sofrimento, que quando não reconhecido viabiliza a potencialização da angústia do sujeito que sofre (DUNKER, 2015). O capitalismo, em seu modo plurifacetado, ao operar na retirada do acesso a políticas públicas, instrumentalizando os ditames austeros, amplia o caráter de exclusão, instiga o acúmulo dos então favorecidos e opera de forma torpe mecanismos de rentabilidade sobre o sofrimento (NEVES *et al*, 2021).

Agora como terreno rentável, o sofrer adquire novas roupagens. De acordo com Neves *et al* (2021), o uso de aplicativos, para diagnóstica do sujeito, tem sido utilizado de forma simples e desenfreada para aqueles/as que, constituídos socialmente e fundidos à exclusão, nomeiam sua condição de forma autônoma, com receitas breves de como se obter melhor/maior desempenho e estão expostos a individualização de processos sociais adoecedores. A busca por uma designação do que sofre, nos moldes liberais, adquire valor único e exclusivamente pessoal, o que expõem ainda mais a classe trabalhadora sofrente, que no constante desejo de compreender-se frente à vigência do sistema, responsabiliza-se por toda e qualquer mazela. Como informa Dunker *et al* (2021), o advento de novas narrativas do sofrer individualiza ao extremo o sofrimento psicológico, patologizando o fracasso laboral, afetivo e discursivo e dando aos mesmos moldes individuais.

A realidade neoliberal posta deve ser compreendida em movimento, uma vez que seu processo constitui e assume novas formas cotidianamente. O sujeito que sofre, caminha por sinuosas situações de exclusão, desamparo, negação de direitos, instrumentalizações individuais e distorcidas de sua realidade. O sofrer, em muitos casos, acaba por ser nomeado, como nos sinaliza Dunker (2015) e Neves *et al* (2021), através da expansão diagnóstica que deprecia o caráter social em prol de uma visão una e liberal. Agora intitulado, o sofrimento assume um lugar social, no que diz respeito ao enquadramento de uma série de fatores em um mal-estar. Assim,

A redução das modalidades de sofrimento a uma mesma gramática normativa e a uniformização dos sintomas à sua forma ocidental contemporânea são processos ideológicos, tanto porque funcionam como neutralização do potencial crítico que os sintomas psicológicos trazem para a compreensão de determinado estado social quanto pelo papel que os sintomas sempre tiveram de produzir novas modalidades de laços sociais. (DUNKER; 2015).

Nos antagonismos que constituem a compreensão do sofrer, seu papel na sociedade neoliberal e sua nomeação, é possível se deparar com a viabilização de respiros através da organização coletiva e partilha em comunidade. Partindo da compreensão de Holzkamp (2016), o sujeito em movimento, em pleno entendimento da posição que ocupa frente à exclusão que o assola e o priva entre seus comuns, busca fortalecimento e respaldo para se pôr ativo na luta e no processo de resistência social. Cabe aqui enfatizar a relevância da coletividade enquanto frente às políticas neoliberais ressaltando as relações no entendimento do qual o sujeito tem de si e como haver-se perante às incompreensões do modelo sociocultural. Ainda de acordo com o mesmo autor, na medida em que se transforma as relações, transforma-se como o sujeito se vê, como se encontra em seus aspectos subjetivos e de autocompreensão psíquica. (HOLZKAMP, 2016). Partindo desses pressupostos, busca-se agora validar o sofrimento experienciado pelo sujeito partindo da dialética do constituir-se enquanto ser social.

4 PARA O SUJEITO, HÁ SOFRIMENTO?

Analisar a exclusão enquanto caráter gerador e/ou potencializador do sofrimento ético-político, implica considerar que é partindo da negação de direitos e pauperização da população que é possível compreender a reprodução do sofrimento. Conforme discutido nos tópicos anteriores, as manifestações do processo de adoecer-sofrer apresentam-se de forma multifacetada e plural, uma vez que, atravessado pela realidade e constructos socioculturais, cada sujeito exterioriza de forma particular seu mal-estar precedente ao sofrimento. Partindo da perspectiva da determinação social da saúde, ao desenvolver-se, o sujeito transita entre grupos, interage com os mesmos e respaldado na dialética deste processo, produz novas condições de ser-estar, inclusive no âmbito físico-psíquico (FLEURY-TEIXEIRA, 2009).

O desenvolvimento do sujeito diz de uma relação dual que se afeta e faz-se afetada pelo modelo societário ao qual se insere e produz. Enquanto ser social que

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 123-145, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

subjaz da relação para com o outro, reconhecer o caráter *neo* na gênese humana implica no processo de desnaturalização do sujeito não-orgânico, e logo, de um sofrimento não-orgânico ou de etiologia biológica, mas que por ventura pode vir a manifestar-se na forma humana em sua constituição corpórea e psíquica. (SAFATLE, 2021). Marx (2010), nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, ressalta a compreensão do processo de adoecer-sofrer partindo da análise do despertencimento de si do então sujeito capitalizado, que quanto mais inserido na lógica de produção mercadológica, mais refém de suas nuances se encontra.

A gestão neoliberal do sofrimento implica na naturalização da condição do sofrer, na capitalização sobre suas manifestações e na discursiva individualizada do sintoma. Safatle (2021) ressalta que preceitos neoliberais como alto desempenho, assertividade, produção ininterrupta e capitalização de toda e qualquer relação potencializam a ansiedade do sujeito posto a todo momento em inquietação e culpabilizam a ideia de lazer e descanso. A exaustão do potencial produtivo e o sentimento de ambiguidade frente ao desejo de descanso fortalece a crença de incapacidade e improdutividade do sujeito que passa assumir o papel de seu próprio algoz (HAN, 2020).

Enquanto sistema de perversa inteligência, ao neoliberalismo cabe mais gerir os desejos e a psique do que necessariamente a força produtiva corpórea. Uma vez compondo o sistema, o sujeito encontra-se na lógica da dívida: sempre há de fazer mais, produzir mais, acumular mais. A insatisfação passa a ser compreendida como um desajuste pessoal e a negação do sofrimento latente pode acentuar ainda mais o processo de adoecer (CORRÊA, 2019). Agora exaurido não só física, mas psiquicamente, o sujeito é agredido de forma a reprimir seus sentimentos e queixas, ansiedades e angústias. Tem-se na depressão, enquanto faceta neoliberal, o transbordar de uma lógica de produção torpe (DUNKER, 2021).

Reconhecer que há sofrimento implica em considerar o todo no qual o sujeito está inserido como ser social. Fazer e fazer-se envolto a uma sistemática que não se resume apenas a uma nova roupagem econômica, mas na compreensão da realidade e do sujeito que produz e é produzido, requer o entendimento do lugar ao qual se ocupa em meio às engrenagens, como salienta Han (2017, 2020). Na dialética do processo de reconhecer-se, na então sociedade do desempenho, o indivíduo – respondente por si – torna-se também responsável por sua vitalidade e pela

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 123-145, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

capacidade de discernimento do que lhe aflige. Em constante atividade, cansado e exaurido, seu rendimento performático excessivo leva a um infarto do que Han (2017), denomina como “alma”, mas que se subentende enquanto *psique*.

O processo de reconhecimento perpassa a linguagem, a nomeação e a validação – inclusive – do não dito. O partir da consideração do modelo neoliberal como potencializador do sofrimento implica admitir que não se sofre da mesma forma dentro e fora do neoliberalismo (SAFATLE, 2021). A ascensão do discurso de austeridade, conforme discutido anteriormente, pode ser uma fonte geradora de adoecimento psíquico, como a depressão, por exemplo, pontuada por Dunker (2021). O sujeito ao exercer livremente suas capacidades postas como orgânicas e ao potencializar o uso das mesmas como instrumento de capitalização, passa a não ser mais respondente a um tutor maior, mas assume a persona de seu próprio patrono. Ainda de acordo com o autor, a depressão, enquanto nomeação do sofrimento, passa a ser considerada um desajuste individual do sujeito livre, que despertencido de si e do sistema de produção, não consegue empreender-se (DUNKER, 2021).

A linguagem neoliberal assume viés psicológico, ao empreender valores emocionais e de formação pessoal em paralelo ao discurso econômico. De acordo com Safatle (2021), há uma dissociação entre a produção econômica, a realidade experienciada e a forma de interpretação das mesmas através da racionalidade humana. Ao assumir o papel de sua própria tutela, o sujeito experiencia cada vez menos de si em contrapartida ao maior peso do ser- eu para o mundo (HAN, 2017). Questões inerentes às relações humanas passam a recair sobre o sujeito uno e retiradas de sua constituição social, gerando um acúmulo e um efeito reverso: a agressividade, antes dirigida a fatores relacionais externos, direciona-se ao eu responsável. De acordo com Dunker (2021), a exclusão do conflito passa a constituir-se enquanto forte matéria no movimento de ascensão da depressão como narrativa padrão de sofrimento no ocidente neoliberal.

Ainda com base no que diz o referido autor, ao retornar à agressividade para si e no polir-se frente ao movimento de interiorização de questões, o sujeito é posto a galgar em plena solidão os caminhos da jornada de seu empreender-se (DUNKER, 2021). O neoliberalismo, ao constituir-se sobre moldes exploratórios individualizantes, visa a retirada do caráter relacional da constituição social, justamente por ter esse valor potencial de encontro e transformação junto ao outro. Han (2017), chama

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 123-145, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

atenção para a importância da experiência dos encontros, uma vez que nela nos esbarramos no outro, nos transformamos e logo, nos modificamos frente às vivências, que assumem papel prolongador do eu no outro e no mundo.

Para Safatle (2021), a junção do discurso entre economia e psicologia atinge as múltiplas possibilidades de nomeação do processo de adoecimento, podendo este estar ou não exemplificado nas páginas dos manuais de diagnóstico. Se tratando daqueles que compõem a biografia psiquiátrica e psicológica, observa-se uma implosão de alguns transtornos em detrimento de outros, o que está intrinsecamente relacionado com o momento sócio-histórico em vigência (DUNKER, 2021; HAN, 2020). A “liberação das liberdades” (HARVEY, 2014), atrelada à responsabilização uma do sujeito dialoga intimamente com os principais diagnósticos neoliberais. De acordo com Han (2017),

[...] Nas doenças de hoje, tais como depressão, *burnout*, déficit de atenção ou síndrome de hiperatividade, ao contrário, não se vê a influência do processo de repressão e do processo de negação. Remetem, antes, a um excesso de positividade, portanto não estão referidas à negação, mas antes à incapacidade de dizer não, não ao não ter direito, mas ao poder-tudo. (HAN, 2017, p. 88).

Em paralelo ao advento dos adoecimentos neoliberais, dados do Relatório da Organização Mundial de Saúde em 2017 chamam atenção para a alta prevalência de transtornos de ansiedade no Brasil, sendo este o maior entre as Américas – 9,3% da população, que equivale a 18,6 milhões de pessoas (OMS, 2017). Atrelado a incidência significativa de transtornos psicológicos na população brasileira, considerando fatores interseccionais como raça, classe, gênero e território, cabe salientar que grande parcela do contingente populacional em situação de vulnerabilidade socioeconômica teve seu acesso restrito e/ou negado a rede psicossocial em saúde devido aos cortes significativos de verba da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) como desdobramento da política neoliberal, que culminou na míngua do incremento de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no território brasileiro, que de 2016 para 2017 decaiu de 102 unidades para 80 e em 2018, para apenas 30 novas unidades em âmbito nacional (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020).

No que tange às questões sociais e considerando o processo de exclusão como potencializador do adoecer-sofrer, cabe ressaltar o não condicionante direto

entre pauperização e adoecimento, inclusive dentro dos moldes psiquiátricos. Trata-se de considerar a exclusão, como salienta Sawaia (2001), e a negação ao acesso de direitos básicos/mínimos – como alimentação, moradia, lazer e condições trabalhistas – como potencialmente adoecedoras dentro de um sistema individualista e usurpador (SAWAIA, 2001). O processo do adoecer-sofrer caminha paralelamente ao reengendo de organizações, coletivos e resistências por parte do sujeito que sofre, uma vez que se há hegemonia, há contra hegemonia, se há poder, há resistência. O sujeito em produção, quando consciente e ativo, em seu processo de reconhecer-se no outro, organiza-se em prol do retorno a um comum, a uma negação da sistemática vigente (DARDOT; LAVAL, 2016).

No compasso embalado pela presença de fatores culturais dentro de uma dinâmica com seus antagonismos em movimento, a apreciação de novos caminhos, pautados na humanização, nos aspectos relacionais e na participação democrática e plural dão fôlego ao processo de constituição do sujeito (GUARESCHI, 2001). Como salienta Holzkamp (2016), reconhecer que há sofrimento não diz de uma complacência obediente e passiva frente a sua existência, mas implica o reconhecer de uma totalidade degradante e o nutrir do desejo de se transformá-la (HOLZKAMP, 2016). Se sofre no neoliberalismo, o adoecimento se manifesta de distintas formas e cada vez mais o sistema se degrada – fatos postos. Partindo de tal realidade, cabe o questionamento: O que se faz com o sofrimento reconhecido? Não reconhecer a ação contrária – o nado contra a corrente – organizado por aspectos do comum, seria faccioso. É caminhando pelo tórrido sistema conhecido que o sujeito se põe a pensar sobre novas possibilidades de existência (ACOSTA, 2016).

A contraconduta através da promoção de novas formas de subjetivação, para além do sujeito empresa neoliberal, torna-se força de enfrentamento à razão dominante (DARDOT; LAVAL, 2017). No movimento contínuo de construção, o sujeito refaz-se no cotidiano partilhado, nos aspectos normativos impostos e se posiciona como tentante frente a construção de sua própria orientação. Segundo Dardot e Laval (2017), é pactuada com si e para com o outro, que a contraconduta em movimento dá lugar ao comum, ao processo de emancipação humana, que parte da construção de uma subjetivação coletiva que age na contramão da organização neoliberal. Como todo processo na dialética de suas nuances, a resistência reconfigura o sujeito que sofre e que, munido da recusa, assume a negação da sua produção frente ao modelo

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 123-145, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

econômico através de formas de resistir, como será discutido adiante. Ao renunciar o empreender-se, recusa o pilar neoliberal, nega a concorrência operacionalizada como performance, emperra sua mecânica (DARDOT; LAVAL, 2017).

5 RESISTÊNCIAS DE UM SER NÃO CATIVO AO NEOLIBERALISMO

O movimento de resistência frente aos ditames neoliberais assume forma robusta no que diz da constante incorporação de aspectos que cada vez mais indicam caminhos viáveis para a construção do novo (ALMEIDA, 2009). A resistência assume persona através dos tantos movimentos sociais, que não só manifestam sua insatisfação perante o sistema vigente, mas reengendram formas de se viver em sociedade, se pensar sobre a política partindo do desejo de sua recriação movida por horizontes emancipatórios.

Outro mundo será possível se for pensado e organizado comunitariamente a partir dos Direitos Humanos – políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos – e dos Direitos da Natureza. A superação das desigualdades é inescapável. (ACOSTA, 2016, p. 26-27).

Considerando os diversos movimentos que se apresentam na atualidade, cabe ressaltar a resistências dos povos originários e da população quilombola como provenientes da comunalidade de sujeitos não cativos ao ditame neoliberal. Através de relações pautadas na solidariedade e na cooperação, com foco no sujeito, sua relação para com a natureza e no resgate de aspectos culturais na contramão dos saberes coloniais, a resistência assume caráter da retomada de controle sobre a cadeia produtiva, a disseminação de saberes e sobre a própria vida entre os comuns através do que pode nomear-se enquanto Bem-Viver (ACOSTA, 2016).

Ao partir da operacionalização do movimento de recusa frente aos ditames neoliberais o sujeito retorna às bases comunitárias, de encontro e trocas, como forma de fortalecer-se e compreender a dialética do capital, o lugar no qual está implicado em suas engrenagens e formas de respiros que se substanciam (HOLZKAMP, 2016). O comum, enquanto modelo de política singular na vanguarda do desejo de romper com as limitações neoliberais, torna-se o governo dos sujeitos, das instituições e das regras que passam a ser adotadas para a organização das relações e para a retomada

do processo de cooperação como antagonismo as bases do capital (DARDOT; LAVAL, 2017).

A apropriação do público na lógica público-privada do neoliberalismo por parte de movimentos sociais torna-se demonstração da negação frente a desapropriação do sujeito diante às relações, ao contato para com o outro e para com o que constitui sua pertença. Como discute Dardot e Laval (2017), o direito ao uso e a transformação social caminham paralelamente e assumem a dianteira do processo de retomada dos sujeitos de si e do espaço, subnutrindo a lógica da propriedade privada e acumulativa e negando o processo de individualização, eixos centrais ao modelo neoliberal. No Brasil, têm-se no movimento de ocupação das escolas públicas do país em 2015/2016 uma exemplificação da busca por uma organização horizontal e com protagonismo dos movimentos sociais da juventude como forma de retomada do espaço e resistência (SANTOS, 2019).

De acordo com Holzkamp (2016), a luta para a superação do capital parte de dentro do próprio sistema, considerando seus aspectos constitucionais e antagonismos. Nesse sentido, para o referido autor, lutar dentro do capitalismo implica considerar que há de se promover formas de vida menos predatórias que, a longo prazo, caminhem para a superação do próprio capital (HOLZKAMP, 2016). A transformação radical e o rompante para com o modelo capitalista implicam na construção de alternativas que visem promover a existência humana pactuada com a natureza, com um desenvolvimento cooperativo e solidário, de um modelo societário não mais pautado na acumulação e no discurso mercadológico, mas em práticas libertárias existenciais e democráticas (ACOSTA, 2016).

Uma vez que subverter a lógica do capital implica a instauração de rompantes cotidianos frente aos seus mecanismos, os movimentos sociais assumem caráter ainda mais importante por reforçar o desejo dos comuns de se estabelecer novas formas relacionais. É no encontro para com o outro, partilhando mazelas, resistências e se fortalecendo na coletividade que o sujeito se transforma, se recupera e dá conta de si. Nas palavras de Scoleso (2017, p.219):

Assim, os movimentos sociais se tornam expressões das contradições próprias dessa lógica de ser do capital ao mesmo tempo em que potencializam a reelaboração de estratégias e o ressurgimento [de] outros atores sociais. As dimensões da lutam se ampliam assim como suas

especificidades, sobretudo convergem com outras forças dos movimentos sociais e na luta contra hegemônica que alcança.

Almeida (2009), ressalta o papel educador dos movimentos sociais, que ao incorporar os múltiplos aspectos da constituição do sujeito, apropriam-se dos significados do ser, sentir e agir no mundo mobilizando através de sua prática aqueles que os constituem e também atores externos. Considerar o aspecto educador dos movimentos sociais implica reconhecer sua oscilação de acordo com o tempo histórico ao qual se insere. Ainda de acordo com a referida autora, a ampliação das lutas dos movimentos sociais colabora para a compreensão de novas formas de organização política e econômica e dizem da fundamental importância de engendros coletivos, como forte reconfiguração na luta por direitos fundamentais (ALMEIDA, 2009). Assim, os movimentos das mulheres, LGBTQIAP+, negros e dos povos originários, ganham notoriedade na esfera pública e retomam discussões silenciadas e esquecidas, encarando novas demandas impostas pelo sistema (SCOLESO, 2017).

Compreender o papel das organizações coletivas frente ao neoliberalismo implica o reconhecimento do sujeito que encontra na contradição do capital a dialética para compreender-se dentro de suas engrenagens e colocar-se ativo frente as mesmas. Considerar a historicidade, novas roupagens e mudanças dentro dos próprios movimentos sociais é reconhecer os mesmo como produto de uma organização social pendular. O movimento de resistência permeia a história da constituição do Brasil, enquanto país e povo, e compreender o processo político-econômico vivenciado hoje é fundamental para conceber os aspectos sociais contemporâneos (SCOLESO, 2017).

O sofrimento não só supre a ânsia neoliberal em produção, mas de forma singular, pode exercer papel fomentador no desejo por uma constituição social diferente (DARDOT; LAVAL, 2016). Exauridos de tamanha exploração e partilhando a exclusão e o sofrer, os sujeitos encontram na própria dor e de seus semelhantes, um elo comum para bradar por direitos, acesso e afirmação. Não se trata de romantizar ou idealizar o sofrimento ético-político em suas nuances, partindo da compreensão do processo de exaustão e cansaço que as próprias organizações de luta acabam por gerar nos indivíduos, e sim reconhecer o curso plural e antagônico do sofrimento em seu processo de nomeação – ou não – compreensão, entendimento e insatisfação. Dialogando com Holzkamp (2016), o sujeito que sofre, usurpado pela

engrenagem neoliberal, ao reconhecer sua dor em prol de organizações coletivas se dispõe a resistir, uma vez que vitimado pelo sistema, parte da insatisfação experienciada como forma de articulação dinâmica e plural (HOLZKAMP, 2016).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo exposto, cabe a constatação do neoliberalismo enquanto forma amorfa que se alimenta do adoecer-sofrer em suas múltiplas nuances. A subjetividade neoliberal caminha de acordo com os pressupostos do capital, seus engendros e produção de sujeito, que oscila como produtor e produto de forma não cativa. Enquanto política econômica, acentua o caráter de exclusão, fomentando a desigualdade e retirando direitos sociais/civis básicos. Já, como gestão subjetiva, o neoliberalismo fabrica desejos, potências e valores, nos moldes orgânicos de uma persona não natural, mas em processo de montagem para que assim possa atender a demanda do mercado.

No Brasil, o neoliberalismo já existia em gestões anteriores ao golpe de 2016. A partir do golpe, porém, começa a atuar de forma menos velada e com mais relação com expressões do fascismo. A ampliação da desigualdade em seu caráter de exclusão culmina em uma parcela social que, acometida pelo sofrimento ético-político, enfrenta a si mesmo, uma vez que na gestão vigente veste a carapuça de seu próprio algoz. O desemprego estatal enquanto projeto de governo mostra-se eficaz ao ampliar para um seleto grupo a concentração de riqueza e dos meios de produção ao passo que a grande maioria, posta à margem, em sua vivência disputa na corrida neoliberal o pódio de meritocrata por garantir a si – sobre pena de adoecimento, sofrimento e privações – condições básicas para sobrevivência.

Destarte, considera-se pertinente ressaltar o papel dos movimentos sociais como organizações coletivas em prol de um novo modelo societário, de acalento ao adoecimento-sofrimento produzido e de fomento a utopias que visem a superação do próprio capital. Partindo da luta e resistência pela garantia de direitos básicos, as discussões sobre pautas identitárias e a recusa a mercadologização de si, a classe trabalhadora – mulheres negras, população LGBTQIAP+, povos originários – baseiam-se no desejo ao retorno do comum como instrumento de reconhecimento de sua própria condição sofrida e posta pelo capital como serva e na construção de

novas formas de (re) existir, que não excluem a dialética conflitante e plural do sofrimento, mas se embrenha no seio de suas contradições como artifício para um novo modelo social.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Adalberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018, E-book.

ALMEIDA, Denise Mesquita de Melo. Entre ações coletivas e subjetividade: o caráter educativo dos movimentos sociais. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 141-156, jan/jun. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71512097008.pdf> Acesso em 03 mai 2022.

BOITO JR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, E-book.

CAVALCANTI, Bernardo Margulies; VENERIO, Carlos Magno Spricigo. Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139 Acesso em 02 mar 2022.

CORRÊA, Laura Henrique. A violência sistêmica e autoexplorativa do empresário de si: O paradoxo da liberdade no ethos neoliberal e o adoecimento psíquico na sociedade do cansaço. **Rev. Sociologias Plurais**, Paraná, v. 5, n. 1, p. 125-146, jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sciplr/article/view/68217/39085> Acesso em 24 mar 2021.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira. A eterna fuga da ninguedade: Ofensiva do capital, identidade brasileira e produção de neoninguêns. **Rev. Psicol. Polít.**, São Paulo, v. 20, n. 49, p. 476-489, dez. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09 mar 2022.

CRUZ, Nelson Falcão de Oliveira; GONÇALVES, Renata Weber; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/j6rLVysBzMQYyFxFxZ6hgQqBH/?lang=pt#> Acesso em 01 mar 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, E-book.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017, E-book.

DEPRESSION AND OTHER COMMON MENTAL DISORDERS: Global Health Estimates. **Organização Mundial da Saúde**, 2017. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241506021> Acesso em 10 mar 2022.

DIMENSTEIN, Magda; *et al.* Determinação social da saúde mental: contribuições à psicologia no cuidado territorial. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 2, p. 72-87, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03 mai 2022.

DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE AUSTERIDADE. **OXFAM BRASIL**, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/direitos-humanos-em-tempos-de-austeridade/#:~:text=Estudo%20realizado%20pelo%20Instituto%20de,%C3%A0%20%C3%A1rea%20social%20no%20Brasil>. Acesso em 08 mar 2022.

DUNKER, Christian. **Mal-Estar, Sofrimento e Sintoma**: Uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015, E-book.

DUNKER, Christian; *et al.* Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. *In*: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, E-book.

DUNKER, Christian. **Uma biografia da depressão**. São Paulo: Planeta, 2021, E-book.

FLEURY-TEIXEIRA, Paulo. Uma introdução conceitual à determinação social da saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.33, n. 83, p. 380-389, set/dez 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406345800005> Acesso em 03 mai 2022.

GUARESCHI, Pedrinho A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. *In*: SAWAIA, Bader Burihan; *et al.* **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 141-155.

GUIMARÃES, Fundação Ulysses. PMDB. **Uma ponte para o futuro**. 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf> Acesso em 02 mar 2022.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 123-145, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: Histórias e implicações. São Paulo: Loyola, 2014, E-book.

HOLZKAMP, Klaus. **Ciência Marxista do Sujeito**: Uma introdução à psicologia crítica. Tomo I. Maceió: Coletivo Veredas, 2016, E-book.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, E-book.

LÖWY, MICHAEL. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, E-book.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento**. Serviço Social & Sociedade [online]. n. 110, p. 270-287, jun 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MXPc4rLkBSzfxQGv5DQgWsh/abstract/?lang=pt#> Acesso em 24 mar 2022.

NEVES, Antônio; *et al.* A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. *In*: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, E-book.

PAULANI, Maria Leda. Uma ponte para o abismo. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, Ebook.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. *In*: GALEGO, Esther Solano. **O ódio como política**: A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, E-book.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. *In*: SAFATLE, Vladimir, SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, E-book.

SANTOS, Ana Cristina de Lima; *et al.* Os impactos das reformas no “governo Temer” para as políticas sociais. *In*: **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, 2017, Santa Catarina. Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Santa Catarina: UFSC, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180129?show=full> Acesso em 28 fev 2022.

SANTOS, Kelly Pedroza. MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; Melo, Rúrion (orgs.). Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil. São Paulo: Editora 34; FAPESP, 2019, 352p. **Revista Perspectiva Sociológica**, nº 24, **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 123-145, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483**

2º sem. 2019, p. 151-153. Disponível em:
<https://cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/2269/1555> Acesso em 10 maio 2022.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, Bader Burihan; *et al.* **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 97-118.

SCOLESO, Fabiana. Os movimentos sociais na era da mundialização do capital e da precarização do mundo do trabalho: neoliberalismo e transnacionalização. **Rev. História Comparada, Rio de Janeiro**, v. 11, n. 1, p. 195-225, jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/4276> Acesso em 05 abr 2022.

THE STATE OF FOOD INSECURITY IN THE WORLD: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)**, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i4030e/i4030e.pdf> Acesso em 10 mar 2022.